



Prefeitura Municipal de Montanha
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO

Emitente: CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES

Entidade: MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES

Gestor Responsável: IRACY CARVALHO MACHADO BALTAR FERNANDES

Exercício: 2017

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análises, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de Abordagem Prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Relatório de Movimento Financeiro emitido do software de Contabilidade Pública e Lei Municipal nº 927 de 26 de dezembro de 2016 – LOA, para o exercício do ano de 2017.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	A Lei Municipal nº 927/2016 – LOA, para o exercício do ano de 2017, que estimou a receita e fixou a despesa para o município de Montanha previu em seu art. 3º a importância de R\$ 1.440.000,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) para cobertura das despesas do Poder Legislativo.	Relatório de Movimento Financeiro emitido do software de Contabilidade Pública, e CF/88, art. 168.

Constatações: Os repasses foram realizados tempestivamente.

COMPETÊNCIA / DATA PGTº. / VALOR (R\$)

Valor Total = R\$ 1.440.000,00

01/2017 = 20/01/2017 = 120.000,00 05/2017 = 19/05/2017 = 120.000,00 09/2017 = 19/09/2017 = 120.000,00

02/2017 = 20/02/2017 = 120.000,00 06/2017 = 20/06/2017 = 120.000,00 10/2017 = 20/10/2017 = 120.000,00

03/2017 = 20/03/2017 = 120.000,00 07/2017 = 20/07/2017 = 120.000,00 11/2017 = 20/11/2017 = 120.000,00

04/2017 = 19/04/2017 = 120.000,00 08/2017 = 18/08/2017 = 120.000,00 12/2017 = 19/12/2017 = 120.000,00

1.4. Limites Constitucionais e Legais

1.4.1	Educação aplicação mínima	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 8).	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando a totalidade de recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	A Constituição Federal estabelece: Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 8) e Art. 212 – CF/88.
-------	---------------------------	---	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Constatações: Os dados constantes no RREO (6º Bimestre/2017) – Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE), apresentam as receitas resultantes de Impostos = R\$ 3.140.580,81 (Três milhões, cento e quarenta mil, quinhentos e oitenta reais, oitenta e um centavos); As receitas resultantes de Transferências Constitucionais e Legais = R\$ 30.115.435,21 (Trinta milhões, cento e quinze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, vinte e um centavos); A base de cálculo para aplicação MDE = R\$ 33.256.016,02 (Trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, dezesseis reais, dois centavos); O valor aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino = R\$ 14.305.023,45 (Quatorze milhões, trezentos e cinco mil, vinte e três reais, quarenta e cinco centavos), com as Deduções para Fins de Limite Constitucional = R\$ 4.996.870,49 (Quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta reais, quarenta e nove centavos), resultou no Total de Despesas para Fins de Limite = R\$ 9.308.152,96 (Nove milhões, trezentos e oito mil, cento e cinquenta e dois reais, noventa e seis centavos). Portanto o percentual de aplicação em MDE realizada pelo município de Montanha alcançou na Data Base de 31/12/2017 o índice de 27,99% (Vinte e sete vírgula noventa e nove por cento) sobre os recursos arrecadados de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 25% (Vinte e cinco por cento) estabelecido no Art. 212 – CF/88.

1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RREO – Relatório CRFB/88, Resumido de art. 60, inciso XII do ADCT. Orçamentária – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 8).	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	A Lei Federal nº 11.494/07 estabelece: Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 8), e Art. 22. – Lei Federal nº 11.494/07.
--------------	--	--	---	--	--

Constatações: Os dados constantes no RREO (6º Bimestre/2017) – Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE), apresentam as receitas líquidas resultantes do FUNDEB = R\$ 10.761.905,35 (Dez milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e cinco reais, trinta e cinco centavos); O valor de despesas para o Pagamento dos Profissionais do Magistério = R\$ 8.446.532,39 (Oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais, trinta e nove centavos). Portanto às despesas com o Pagamento dos Profissionais do Magistério do município de Montanha alcançou na Data Base de 31/12/2017 o índice de 78,49% (Setenta e oito vírgula quarenta e nove por cento) sobre as receitas líquidas resultantes do FUNDEB, ultrapassando o limite anual mínimo de 60% (sessenta por cento) estabelecido pelo Art. 22 – Lei Federal nº 11.494/07.

1.4.4	Saúde – aplicação mínima	RREO – Relatório CRFB/88, Resumido de art. 77, inciso III, do ADCT Bimestre de 2017 (Anexo 12).	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	A Lei Complementar nº 141/12 estabelece: Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 12), e Art. 7º - LC 141/12.
--------------	--------------------------	---	---	--	---



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Constatações: Os dados constantes no RREO (6º Bimestre/2017) – Anexo 12 (Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde), apresentam as receitas resultantes de Impostos Líquidas = R\$ 3.149.372,65 (Três milhões, cento e quarenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais, sessenta e cinco centavos); As receitas resultantes de Transferências Constitucionais e Legais = R\$ 30.115.435,21 (Trinta milhões, cento e quinze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, vinte e um centavos); A base de cálculo para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde = R\$ 33.264.807,86 (Trinta e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sete reais, oitenta e seis centavos); O valor aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde = R\$ 7.505.123,84 (Sete milhões, quinhentos e cinco mil, cento e vinte e três reais, oitenta e quatro centavos). Portanto a despesa em Ações e Serviços Públicos de Saúde realizada pelo município de Montanha alcançou na Data Base de 31/12/2017 o índice de 22,56% (Vinte e dois vírgula cinquenta e seis por cento) sobre os recursos arrecadados de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido no Art. 7º – LC 141/12.

1.4.7	Despesas com pessoal limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1).	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	A Lei Complementar nº 101/00 estabelece: Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III – Municípios: 60% (sessenta por cento); e Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: III – na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 101/00).
--------------	-----------------------------	---	-----------------------------	---	--	--

Constatações: Os dados constantes no RGF (6º Bimestre/2017) – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 49.969.741,44 (Quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais, quarenta e quatro centavos); A despesa total com pessoal = R\$ 24.853.076,14 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, setenta e seis reais e catorze centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na Data Base de 31/12/2017 o índice de 49,74% (Quarenta e nove vírgula setenta e quatro por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido está no Limite de Alerta que corresponde pelo percentual entre 48,60% (Quarenta e oito vírgula sessenta por cento) a 51,29% (Cinquenta e um vírgula vinte e nove por cento), percentual que equivale a 90% (Noventa por cento) sobre o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento) de despesa total com pessoal, a LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, já que o Poder Executivo está a 1,56% (Um vírgula cinquenta e seis por cento) para atingir o Limite Prudencial que é a partir de 51,30% (Cinquenta e um vírgula trinta por cento). De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento).



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1).	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1).	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	A LC nº 101/00 no Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: Conforme incisos I a V da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1) e Art. 22, parágrafo único, e incisos I a V.
---------------	---	---	--	---	---	---

Constatações: O Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30% (Cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal, índice equivalente a 95% (Noventa e cinco por cento) sobre o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento) conforme os dados constantes no RGF (6º Bimestre/2017) – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 49.969.741,44 (Quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais, quarenta e quatro centavos); A despesa total com pessoal = R\$ 24.853.076,14 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, setenta e seis reais e catorze centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na Data Base de 31/12/2017 o índice de 49,74% (Quarenta e nove vírgula setenta e quatro por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido está no Limite de Alerta que corresponde pelo percentual entre 48,60% (Quarenta e oito vírgula sessenta por cento) a 51,29% (Cinquenta e um vírgula vinte e nove por cento), percentual que equivale a 90% (Noventa por cento) sobre o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento) de despesa total com pessoal, a LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, já que o Poder Executivo está a 1,56% (Um vírgula cinquenta e seis por cento) para atingir o Limite Prudencial que é a partir de 51,30% (Cinquenta e um vírgula trinta por cento). De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento).

1.4.11	Despesas com pessoal - extrapolação do limite de providências / medidas de contenção.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1).	LC 101/2000, art. 23 c/cr CF/88, art. 169, § 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	A LC nº 101/00 §§ 1º a 4º do Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em LC. (Redação dada pela EC nº 19, de 1998). da CF/88;	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 6º Bimestre de 2017 (Anexo 1), Art. 23 da LC 101/2000, e Art. 169 da CF/88.
---------------	---	---	---	--	--	--



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Constatações: Ficou constatado que o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30% (Cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal, índice equivalente a 95% (Noventa e cinco por cento) sobre o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento) conforme os dados constantes no RGF (6º Bimestre/2017) – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 49.969.741,44 (Quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais, quarenta e quatro centavos); A despesa total com pessoal = R\$ 24.853.076,14 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, setenta e seis reais e catorze centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na Data Base de 31/12/2017 o índice de 49,74% (Quarenta e nove vírgula setenta e quatro por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido está no Limite de Alerta que corresponde pelo percentual entre 48,60% (Quarenta e oito vírgula sessenta por cento) a 51,29% (Cinquenta e um vírgula vinte e nove por cento), percentual que equivale a 90% (Noventa por cento) sobre o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento) de despesa total com pessoal, a LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, já que o Poder Executivo está a 1,56% (Um vírgula cinquenta e seis por cento) para atingir o Limite Prudencial que é a partir de 51,30% (Cinquenta e um vírgula trinta por cento). De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (Cinquenta e quatro por cento).

1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Relatório de Movimento Financeiro emitido do software de Contabilidade Pública e Lei Municipal nº 927 de 26 de dezembro de 2016 – LOA, para o exercício de 2017.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	CF/88, Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000); I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito) § 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000); I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo; II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.	Relatório de Movimento Financeiro emitido do software de Contabilidade Pública; Lei Municipal nº 927 de 26 de dezembro de 2016 e CF/88, Art. 29º.
--------	---	--	---------------------------	--	---	---



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Constatações: O valor transferido para o Poder Legislativo de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) foi de acordo com a Lei Municipal nº 927 de 26 de dezembro de 2016 – LOA, aprovada para o exercício de 2017.

Os repasses foram realizados tempestivamente.

COMPETÊNCIA / DATA PGTº. / VALOR (R\$)

Valor Total = R\$ 1.440.000,00

01/2017 = 20/01/2017 = 120.000,00	05/2017 = 19/05/2017 = 120.000,00	09/2017 = 19/09/2017 = 120.000,00
02/2017 = 20/02/2017 = 120.000,00	06/2017 = 20/06/2017 = 120.000,00	10/2017 = 20/10/2017 = 120.000,00
03/2017 = 20/03/2017 = 120.000,00	07/2017 = 20/07/2017 = 120.000,00	11/2017 = 20/11/2017 = 120.000,00
04/2017 = 19/04/2017 = 120.000,00	08/2017 = 18/08/2017 = 120.000,00	12/2017 = 19/12/2017 = 120.000,00

2. Itens de Abordagem Complementar

2.1. Instrumentos de Planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, Decreto nº 4.225 de 09 de outubro de 2017.	LC nº 101/2000, Art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada p/ o exercício de 2017 continha dispositivo estabelecendo critérios de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;	A LC nº 101/2000, Art. 4º, inciso I, alínea “b”.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, Decreto nº 4.225 de 09 de outubro de 2017.
--------------	---------------------------	---	--	---	--	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017 no Art. 24 critérios para limitação de empenho, bem como, o Decreto nº 4.225 de 09 de outubro de 2017 foi emitido para que se cumprisse a Limitação de Empenho conforme estabelecido.

2.1.3	LDO controle de custos e avaliação de resultados de programas.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016	LC nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada p/ o exercício de 2017 continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	A LC nº 101/2000, Art. 4º, inciso I, alínea “e”.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LC 101/2000
--------------	--	---------------------------------	--	--	--	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017 no Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o **controle dos custos** das ações de governo; **Obs.:** NÃO estão descritos os critérios.

2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016	LC nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício de 2017 continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	A LC nº 101/2000, Art. 4º, inciso I, alínea “f”.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LC 101/2000
--------------	---	---------------------------------	--	---	--	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017 no Art. 30 dispositivo que estabelece condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Municipal nº 923/2016	Lei nº 00, art. 4º, §§ 1º e 2º.	LC101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei Complementar nº 101/2000, Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição de: § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e p/ os dois seguintes.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LC 101/2000 art. 4º inciso I, §§ 1º e 2º.
--------------	--	-----------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---	---	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017, o Anexo II - Anexo de Metas Fiscais.

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Municipal nº 923/2016	Lei nº STN nº 637/2012	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em forma a garantir a observância do Manual Demonstrativos Fiscais estabelecida na Lei editado pela STN.	A Portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, Parágrafo único e art 2º;	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e Portaria STN nº 637/2012, art. 1º, Parágrafo único, e art. 2º.
--------------	-------------------------------------	-----------------------------	------------------------	--------------------------	---	---	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017, os Demonstrativos elaborados conforme o Manual aprovado da STN, sendo: I – Metas Anuais; II – Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; IV – Evolução do Patrimônio Líquido; V – Origem e Aplicação de Recursos com Alienação de Ativos; VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (NADA A DECLARAR); VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; VIII – Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 923/2016	Lei LC 101/00 art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha o Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizassem.	Lei Complementar nº 101/2000, Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição de: § 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá as contas públicas, Anexo de Riscos Fiscais, aonde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LC 101/2000 art. 4º, § 3º.
-------	---	---------------------------------	------------------------------	--	---	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017, o Anexo de Riscos Fiscais, bem como, no **Art. 19, § 2º** também é abordado sobre o tema: **Riscos Fiscais**.

2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	LDO – Lei Municipal nº 923/2016	Lei Portaria nº STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	A Portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos outros níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, Parágrafo único e art 2º;	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e Portaria STN nº 637/2012, art. 1º, Parágrafo único, e art. 2º.
-------	--	---------------------------------	----------------------------------	--	--	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 – LDO para o exercício de 2017, o Anexo de Riscos Fiscais e o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, elaborado conforme o Manual aprovado da STN.

2.1.13	LOA reserva de contingência	LOA – Lei Municipal nº 927/2016.	Lei LC 101/00 art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	LC nº 101/2000, art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: inciso III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (...);	LOA – Lei Municipal nº 927/2016, e LC nº 101/2000 art. 5º, inciso III.
--------	-----------------------------	----------------------------------	------------------------------------	--	--	--

Constatações: Não consta na Lei Municipal nº 927/2016 – LOA para o exercício de 2017, dotação orçamentária para reserva de contingência, de acordo com a LDO.



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios.	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LOA – Lei Municipal nº 927/2016.	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Fica estabelecido na CF/88, § 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009).	LDO – Lei Municipal nº 923/2016, e LOA – Lei Municipal nº 927/2016, e CF/88, art. 100, § 5º.
---------------	---	---	--------------------------	--	--	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 923/2016 - LDO para o exercício de 2017, Art. 50, §§ 1º e 2º previsão de dotação para o pagamento de precatórios judiciais, e a Lei Municipal nº 927/2016 – LOA para o exercício de 2017, Art. 6º, inciso IV inclui dotação orçamentária para pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, de acordo com o previsto na LDO.

2.1.17	Transparência na gestão	PPA 2014-2017, LDO 2017 e LOA 2017.	LC 101/00 art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	A LC nº 101/2000, art. 48, Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.	PPA 2014-2017, LDO 2017 e LOA 2017, e LC nº 101/2000, art. 48, Parágrafo único.
---------------	-------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	---	--	---

Constatações: Não constam atas e ou nenhum documento que comprovem as realizações de Audiências Públicas para que fizesse parte da elaboração do PPA, da LDO e da LOA.

2.2. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

2.2.13	Créditos adicionais autorização legislativa para abertura	Lei Municipal nº 955/2017.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Na CF/88 Art. 167. São vedados: V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;	Lei Municipal nº 955/2017 e CF/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.
---------------	---	----------------------------	--	---	---	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 955/2017, autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares.



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

2.2.14	Créditos adicionais decreto executivo	Decretos nº 137 a 160/2017 – Suplementações no orçamento.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	A Lei nº 4.320/1964, art. 42 – Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro: Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.	Decretos nº 137 a 160/2017 – Suplementações no orçamento, e a Lei nº 4.320/1964, art. 42.
---------------	---------------------------------------	---	-----------------------------	--	---	---

Constatações: Constan 24 (vinte e quatro) Decretos de Suplementação no Orçamento da Despesa prevista para o exercício de 2017, Decreto nº 137/2017 datado de 03/01/2017 ao Decreto nº 160/2017 datado de 28/12/2017.

2.2.15	Créditos orçamentários – transposição remanejamento e transferências	LOA – Lei Municipal nº 927/2016.	Lei CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.	A CF/88, art. 167, inciso VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;	LOA – Lei Municipal nº 927/2016, e CF/88, art. 167, inciso VI.
---------------	--	----------------------------------	-----------------------------------	---	---	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 927/2016 – LOA para o exercício de 2017, autorização para transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.

2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Relatório de Créditos Adicionais emitido do software de Contabilidade Pública.	Lei CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve a abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevistas urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	A CF/88, art. 167, § 3º – abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.	Relatório de Créditos Adicionais emitido do software de Contabilidade Pública, e CF/88, art. 167, § 3º.
---------------	-------------------------------------	--	------------------------------	---	---	---

Constatações: Conforme verificado no relatório não houve abertura de Créditos Extraordinários no Exercício de 2017.

2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação realizada no Portal de Transparência.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e orçamentos e leis de Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram obs. as versões simplificadas das disposições contidas nos arts. 52 a 58 - LRF. Parágrafo único.	Na LC 101/2000, Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.	Verificação realizada no Portal de Transparência, e LC 101/00, art. 48 e Arts. 52 a 58 da LRF.
---------------	---	---	--	--	---	--

Constatações: Constan no Portal de Transparência deste município o PPA 2014-2017, e as Prestações de Contas Anuais referentes aos Exercícios dos anos de 2013 e 2014, não consta nenhuma Prestação de Conta Mensal e pareceres prévios emitidos pelo órgão de Controle Externo, dentre outros, até a presente data. Já os demais Instrumentos de Planejamento e os Demonstrativos Fiscais constantes nos arts. 52 a 58 da LRF estão todos disponíveis.



Constatções: O Portal de Transparência do município de Montanha tem passado por constantes atualizações e no exercício de 2017 evoluiu significativamente em relação ao ano anterior, dando aos cidadãos um amplo e irrestrito acesso às informações da Gestão Municipal com a implantação de mecanismos e ferramentas que o Poder Público deve oferecer ao cidadão para uma transparência mais eficaz. Através de uma consulta e análise no Portal de Transparência do município de Montanha campo “DESPESA” e seus empenhos, liquidações e pagamentos, referente ao 6º Bimestre de 2017 verificamos que em todos os 39 (trinta e nove) dias úteis foram feitas movimentações, não podendo afirmar que as inserções de dados do sistema contábil foram realizadas no prazo, já que o software não possui essa funcionalidade para geração de um Relatório Gerencial de exportação para o Portal.

Constatações: O RGF do 2º Semestre de 2017 (Anexo 2) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida apresentou na Data Base 31/12/2017 uma disponibilidade de caixa = R\$ 6.260.990,75 (seis milhões, duzentos e sessenta mil, novecentos e noventa reais, setenta e cinco centavos) valor suficiente p/ cobrir a dívida = R\$ 2.801.848,11 (dois milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais, onze centavos), sendo possível afirmar que o município não ultrapassou o limite definido pela Resolução do Senado Federal de 120% (cento e vinte por cento) da RCL.



Prefeitura Municipal de Montanha
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

1.2 Medidas Recomendatórias

Códigos:

1.4.7, 1.4.10 e 1.4.11

A recomendação é para que a Gestora Municipal realize através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, ainda que a Despesa Total com Pessoal esteja no índice de 49,74%, (quarenta e nove vírgula setenta e quatro por cento), entretanto já que o Poder Executivo está a 1,56% (um vírgula cinquenta e seis por cento) de atingir o Limite Prudencial que é a partir de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento).

2.1.3:

A recomendação é para que a Gestora elabore os critérios para propiciar o controle de custos das ações de governo, e possa incluir na LDO para o exercício de 2019.

2.1.13:

A recomendação é para que a Gestora estipule o valor da dotação orçamentária para reserva de contingência, e inclua na LOA para o exercício de 2019.

2.1.17:

A recomendação é para que a Gestora promova a participação popular e possa assegurar a transparência nas discussões dos planos, mais efetivamente através de audiências públicas no processo de elaboração do PPA, da LDO e da LOA.



Prefeitura Municipal de Montanha
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

2.2.21:

A recomendação é para que a Gestora solicite o setor de contabilidade à inserção no Portal da Transparência do município das Prestações de Contas Mensais e Anuais, após o cumprimento dos respectivos prazos de envio ao TCE-ES.

2.2.22:

A recomendação é para que a Gestora solicite o aprimoramento do Portal de Transparência adequando-o para uma navegação fácil e rápida através do chamado “2 cliques” critério para se ter uma boa usabilidade, e para que possa automatizar o *software* e a exportação das informações do setor de licitações, contratos, contábil, estoque, almoxarifado e RH para o Portal de Transparência, conforme definido pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, que considera a liberação em “tempo real” à disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento, atendendo assim as disposições legais.

1.3 Pontos de Controle da Tabela Referencial 1, constantes do Anexo III da IN TC nº 43/2017, não selecionados para Avaliação.

Os Pontos de Controles sugeridos para análise, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN do TC nº 43/2017, somente os pontos que estão descritos na tabela abordada pelo item 1.1 foram selecionados.



Prefeitura Municipal de Montanha
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

Entretanto os demais pontos que não foram selecionados, não foram analisados por esta CGM referente ao ano de 2017, em razão de não haver sido editado o PAAI/2017, pelo responsável pelo controle interno anterior, bem como, a IN-TC nº 43/2017 entrou em vigor no dia 06 de dezembro de 2017 publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE-ES.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Iracy Carvalho Machado Baltar Fernandes, Prefeita do município de Montanha/ES, relativa ao exercício de 2017.

Ademais, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2017 quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

2.1 Ressalvas

Foram recebidos na UCCI – Unidade Central de Controle Interno, em 21 de maio de 2018, do Setor de Contabilidade os Demonstrativos, Balanços e Balancetes, que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2017 do município de Montanha/ES.



Prefeitura Municipal de Montanha

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES
CEP 29.890-000 - Fone: (27) 3754-2873
www.montanha.es.gov.br
controladoria@montanha.es.gov.br

O Portal de Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão no que tange a execução orçamentária e financeira em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o Portal da Transparência do município tem tido mudanças para atender as demandas do cidadão e as legislações existentes. No exercício de 2017 o Portal de Transparência teve melhorias significativas e atualizações constantes, o que elevou o município 22 posições no ranking, saindo da 47ª para a 25ª posição na Auditoria realizada pelo TCE-ES, como pode ser verificado através do link: <https://www.tce.es.gov.br/auditoria-do-tce-es-aponta-melhoria-da-transparencia-nos-portais-de-prefeituras-e-camaras/>

Montanha/ES, 24 de maio de 2018.

LUCAS BITENCOURT DOS SANTOS

Controlador Interno
Decreto 019 – RH/2017